

Informe
Anual
2016



ceg

gasNatural
fenosa 

Demonstraciones financieras em 31 de dezembro de 2016 e relatório do auditor independente Ceg S.A.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras Pág. 04

Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2016 Pág. 10



Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. – CEG

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. – CEG (“Companhia”), que compreendemo balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas financeiras.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. – CEG em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Gastos com o contrato de concessão (Nota explicativa N° 13)

Em consonância com o contrato de concessão de serviços públicos, a Companhia incorre em gastos de modernização e ampliação da rede de distribuição de gás que são registrados como ativo intangível e amortizados pelo prazo do contrato de concessão.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, os investimentos na modernização e ampliação da rede atingiram o montante de R\$ 235.871 mil, conforme demonstrado em Nota Explicativa N° 13, que incluem, também, juros capitalizados de empréstimos e financiamentos obtidos para permitir o referido investimento.

A determinação dos gastos que se qualificam como ativo intangível no contexto do contrato de concessão, incluindo os custos de empréstimos gerais e específicos atribuíveis à construção ou aquisição do ativo intangível, e a identificação da data correta do início da

operação do ativo para o início de sua amortização, e consequente paralisação da capitalização de juros, requerem esforço da administração para garantir a existência, procedência e correto registro dos gastos atribuíveis ao intangível e sua correspondente amortização.

Em função dos aspectos acima mencionados e considerando a relevância dos valores envolvidos, esse tema foi considerado como uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em relação aos efeitos no ativo intangível em decorrência da modernização e ampliação da rede de distribuição de gás, nossos procedimentos de auditoria relacionados à existência e aos valores reconhecidos no exercício incluíram, entre outros: Inspeção, com base em amostragem, das documentações que evidenciamos gastos com ampliação da rede, com a atenção para a correta classificação entre intangível (gastos que gerarão benefícios econômicos em anos subsequentes) e despesa;

Para projetos cujo início da operação ocorreu em 2016, inspeção dos documentos de engenharia, em base amostral, que comprovam a data de início de operação do ativo, considerando as políticas internas de aprovação da Companhia. Também, efetuamos a confirmação do início da amortização do ativo e paralisação do registro da capitalização de juros na data de início de operação de selecionados ativos;

Para os projetos ainda não encerrados durante o exercício de 2016, inspeção de documentos, em base amostral, que comprovam a ocorrência de gastos adicionados à obra, obtenção de confirmação com os engenheiros sobre a vigência do projeto até 31 de dezembro de 2016;

Recálculo da capitalização de juros de empréstimos e financiamentos para a totalidade dos projetos vigentes elegíveis e de sua amortização em caso de início de operação.

Como resultado da aplicação desses procedimentos, consideramos que os gastos incorridos estão suportados por documentos e dados da área de engenharia que indicam a correção dos valores e sua classificação, bem como que a capitalização de juros e a amortização são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Receita de venda de gás realizada e não faturada (Nota explicativa N° 8)

A Companhia utiliza como procedimento estimar o montante de venda de gás realizada nos últimos dias de cada mês, mas ainda não faturada, para o reconhecimento da correspondente receita no seu correto período de competência. No mês subsequente, essa estimativa é estornada e é então registrada a venda efetivamente realizada, obtida pela medição do gás vendido nos últimos dias do mês anterior até o dia da medição do mês em curso. Em 31 de dezembro de 2016, essa estimativa totalizou R\$ 138.778 mil e foi mensurada com base nas projeções de consumo do produto, calculado com base no volume histórico consumido por cada cliente nos últimos doze meses.

Considerando que o reconhecimento de parte da receita da venda de gás envolve certo nível de julgamento por utilizar dados de faturamento em bases estimadas, esse assunto foi considerado um assunto importante no processo de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em relação à receita de gás contabilizada, faturada e não faturada, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

Recálculo da estimativa de receita de venda de gás realizada e não faturada em dezembro de 2016 considerando: (i) a tarifa de venda de gás conforme o preço por segmento, e (ii) dias estimados de consumo não faturado por cliente.

Seleção, em base amostral, de receitas estimadas por cliente para inspeção do documento de última medição realizada no ano, com o objetivo de confirmar que a quantidade de dias estimados de consumo por cliente descritos acima são obtidos a partir da data da última leitura no medidor de gás.

Recálculo, em base amostral, do histórico de consumo por cliente com base nos relatórios de faturamento. Recálculo da taxa média de venda aplicada.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração em relação a esse tema são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Provisão para benefícios a empregados (Nota explicativa N° 21)

A Companhia tem planos vitalícios de benefício pós emprego, concedidos a empregados e ex-empregados, relativos a assistência médica e plano de pensão. Os saldos decorrentes de sua mensuração foram relevantes no contexto das demonstrações financeiras e envolveram a necessidade de considerar premissas e julgamentos para determinação dos valores.

Essa foi uma área de foco em nossa auditoria, pois a determinação dos valores é sensível a uma série de premissas, tais como: tábuas de mortalidade, taxa de desconto, taxa de retorno esperado dos ativos, crescimentos salariais futuros, etc., que são sujeitas a estimativas e julgamentos e que podem trazer ajustes relevantes nas demonstrações financeiras.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento dos processos relevantes estabelecidos pela administração para o cálculo das obrigações relacionadas aos benefícios a empregados.

Com o auxílio de nossos especialistas atuários, entendemos e validamos os critérios empregados por empresa especializada em avaliação atuarial, contratada pela administração, para o cálculo das obrigações de benefícios a empregados e comparamos as principais premissas com as aquelas usualmente praticadas no mercado e aplicadas no cálculo das obrigações.

Consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da avaliação atuarial e da provisão para benefícios pós emprego são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras e que as divulgações efetuadas são consistentes com as informações obtidas.

Prestação de serviços por empresas ou pessoas relacionadas ao governo e/ou pessoas politicamente expostas (Nota explicativa N° 31)

A Companhia, através de diferentes notícias publicadas na imprensa, tomou conhecimento sobre a existência de uma investigação do Ministério Público Federal (MPF) de possíveis irregularidades na contratação de empresa de serviços jurídicos relacionada ao ex-governador do Estado do Rio de Janeiro por empresas de serviços públicos, entre as quais a Companhia. Como consequência, a Companhia revisou os contratos relevantes de assessoramentos legais para confirmar a aplicação de suas políticas internas quanto à contratação de prestadores de serviços.

Por tratar-se de uma concessionária de serviços públicos, a prestação de serviços por partes relacionadas ao governo ou por pessoas politicamente expostas para a Companhia, com alegações de eventuais irregularidades, requer atenção da administração para confirmar ou não a inexistência de conflitos de interesse e pagamentos indevidos, com a apropriada divulgação do assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

No contexto acima, consideramos esse assunto como um dos focos de nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Aplicamos os seguintes procedimentos de auditoria para confirmar a afirmação da administração sobre a inexistência de conflitos de interesse, pagamento indevidos e irregularidades na contratação de prestador de serviços jurídicos relacionado ao governo:

Através de técnicas de auditoria por computador, extração de pagamentos realizados, desde o início do contrato, ao escritório que presta serviços advocatícios objeto da referida alegação; inspeção dos comprovantes de pagamentos e contratos dos dados extraídos.

Obtenção da listagem dos processos administrativos e judiciais a cargo desse escritório prestador de serviços; correlação dos pagamentos descritos acima com os dados da listagem e contratos de prestação de serviços; consulta aos sítios oficiais dos tribunais de justiça do Brasil a fim de confirmar a participação do escritório com o advogado dos referidos processos; confirmação de que os honorários cobrados pelo escritório estão consistentes com as demandas da Companhia e honorários cobrados por outros escritórios similares e que prestam serviços para a Companhia.

Entrevista com a alta administração e gerência envolvida nas contratações para entender e confirmar a existência dos serviços prestados e os motivos das contratações, em linha com as políticas internas da Companhia.

Como resultado da aplicação desses procedimentos, não identificamos aspectos relevantes que nos levassem a considerar necessário modificações nas informações divulgadas pela Companhia.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para Companhias Abertas conforme requerido pela legislação societária brasileira, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros financeiros, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora CRC 1RJ087128/O-0

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

Ativo	2016	2015
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	98.093	48.239
Contas a receber de clientes (Nota 8)	391.987	446.190
Estoques	2.299	1.846
Tributos a recuperar (Nota 9)	34.526	40.666
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 11)	1.767	1.702
Adiantamentos a fornecedores	585	463
Cessão de crédito	5.881	2.088
Demais contas a receber	3.177	2.283
Despesas antecipadas	462	421
	538.777	543.898
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Ativos fiscais diferidos (Nota 10)	104.697	93.179
Tributos a recuperar (Nota 9)	31.905	24.564
Demais contas a receber	478	478
Depósitos judiciais (Nota 12)	101.039	102.941
Outros realizáveis a longo prazo	38	3.933
	238.157	225.095
Investimentos	380	380
Intangível (Nota 13)	2.022.352	1.870.892
Diferido (Nota 14)	7.878	19.517
	2.268.767	2.115.884
Total do ativo	2.807.544	2.659.782

Passivo e patrimônio líquido	2016	2015
Circulante		
Fornecedores (Nota 15)	228.215	307.760
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	426.934	333.834
Concessão a pagar (Nota 17)		50.830
Obrigações trabalhistas	8.712	7.746
Tributos a recolher (Nota 18)	79.210	68.957
Obrigações com fundo de pensão (Nota 21)	21.247	1.122
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 11)	3.235	10.045
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio (Nota 20.2 (c))	79.582	73.759
Demais contas a pagar	10.340	8.188
	857.475	862.241
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	511.355	543.744
Obrigações com fundo de pensão (Nota 21)	116.771	104.079
Provisão para contingências (Nota 22)	64.079	75.808
	692.205	723.631
Total do passivo	1.549.680	1.585.872
Patrimônio líquido (Nota 20)		
Capital social	544.500	442.830
Reserva de capital	2.194	2.194
Reservas de lucros	755.623	653.464
Ajuste de avaliação patrimonial	(44.453)	(24.578)
Total do patrimônio líquido	1.257.864	1.073.910
Total do passivo e patrimônio líquido	2.807.544	2.659.782

Demonstrações do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2016	2015
Receita líquida (Nota 24)	3.120.276	3.728.091
Custo do serviço (Nota 25)	(2.204.308)	(2.862.033)
Lucro bruto	915.968	866.058
Despesas gerais e administrativas (Nota 27)	(369.005)	(332.163)
Outras receitas e despesas, líquidas (Nota 28)	(25.467)	(16.276)
Lucro operacional	521.496	517.619
Receitas financeiras	42.066	26.096
Despesas financeiras	(153.596)	(127.515)
Resultado financeiro, líquido (Nota 29)	(111.530)	(101.419)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	409.966	416.200
Imposto de renda e contribuição social – Correntes (Nota 10 e 19)	(120.285)	(131.334)
Imposto de renda e contribuição social – Diferidos (Nota 10 e 19)	1.023	(474)
Lucro líquido do exercício	290.704	284.392
Quantidade de ações em circulação	259.638	259.638
Lucro líquido básico e diluído por mil ações do capital social no final do exercício – R\$	1.119,65	1.095,34

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	290.704	284.392
Outros componentes do resultado abrangente		
Ganho/(Perda) atuarial de fundo de pensão	(19.875)	(310)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	(19.875)	(310)
Total do resultado abrangente do exercício	270.829	284.082

Os itens na demonstração de resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 22.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	Reserva de capital - incentivos fiscais	Reservas de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
			Legal	Expansão				
Em 31 de dezembro de 2014	362.586	2.194	72.517	290.118	235.689		(24.268)	938.834
Aumento de capital	80.244			(80.244)				
Lucro líquido do exercício						284.392		284.392
Destinação para reserva de expansão				160.440	(160.440)			
Dividendos adicionais aprovados					(75.249)			(75.249)
Despesas com fundo de pensão							(310)	(310)
Destinação do lucro:								
Reserva legal			14.220				(14.220)	
Juros sobre o capital próprio – mínimo obrigatório (R\$ 0,88 por lote de mil ações)							(45.452)	(45.452)
Dividendos propostos (R\$ 3,90 por lote de mil ações)							(28.305)	(28.305)
Destinação de resultado definido em AGOE (Abril/2016)					196.415	(196.415)		
Em 31 de dezembro de 2015	442.830	2.194	86.737	370.314	196.415		(24.578)	1.073.910
Aumento de capital	101.670			(101.670)				
Lucro líquido do exercício						290.704		290.704
Dividendos adicionais aprovados					(7.294)			(7.294)
Despesas com fundo de pensão							(19.875)	(19.875)
Destinação do lucro:								
Reserva legal			14.535				(14.535)	
Reserva para investimentos futuros				189.121	(189.121)			
Juros sobre o capital próprio – mínimo obrigatório (R\$ 296,99 por lote de mil ações)							(77.111)	(77.111)
Dividendos propostos (R\$ 9,51 por lote de mil ações)							(2.470)	(2.470)
Destinação de resultado a definir em AGOE (Abril/2017)					196.588	(196.588)		
Em 31 de dezembro de 2016	544.500	2.194	101.272	457.765	196.588		(44.453)	1.257.864

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	409.966	416.200
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido	108.677	108.572
Resultado na venda do intangível	(1.012)	57
Juros, IOF, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos	132.115	101.921
Provisão para contingências	(11.728)	(2.385)
Provisão e reversão para créditos de liquidação duvidosa	5.248	3.419
Baixa líquida de ativo intangível sem venda	487	41
Deconto obtido sobre pagamento antecipado de parcela de concessão	(2.124)	
	641.629	627.825
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	45.500	4.713
Tributos a recuperar e diferidos	101.330	145.418
Estoques	(453)	(164)
Cessão de crédito	(3.793)	1.995
Adiantamento a fornecedores	(122)	886
Demais contas a receber	(894)	14.705
Despesas antecipadas	(41)	156
Outros realizáveis a longo prazo	3.894	(3.702)
Depósitos judiciais	1.902	(7.414)
Concessão a pagar	(45.252)	(50.830)
Fornecedores	(79.545)	28.025
Obrigações Trabalhistas	966	372
Tributos a recolher	(109.009)	(159.884)
Partes relacionadas	(6.875)	9.766
Obrigações com fundo de pensão	12.942	(12.002)
Demais contas e despesas a pagar	2.152	(17.171)
Caixa proveniente das operações	564.331	582.694
Juros pagos	(124.565)	(81.584)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(114.049)	(165.240)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	325.716	335.870
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do intangível	(248.036)	(300.280)
Baixa líquida de ativo intangível	65	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(247.971)	(300.280)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimo	(26.839)	(57.047)
Ingressos de empréstimo	80.000	180.000
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	(74.837)	(155.469)
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(6.215)	(4.971)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(27.891)	(37.487)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	49.855	(1.897)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	48.239	50.136
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	98.093	48.239
Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa (Nota 18)		50.830

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de reais)

	2016	2015
Receitas		
Vendas de gás, serviços e contratos de construção	3.692.445	4.269.995
Outras receitas operacionais	1.943	1.933
Constituição de provisão para contas de cobrança duvidosa	(14.809)	(8.039)
Não operacionais	1.256	
	3.680.835	4.263.889
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos do gás vendido e dos serviços prestados	(2.114.349)	(2.781.303)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais e respectivos impostos indiretos	(583.466)	(533.252)
	(2.697.815)	(3.314.555)
Valor adicionado bruto	983.020	949.334
Retenções		
Amortizações do intangível e diferido	(108.677)	(108.572)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	874.343	840.762
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas Financeiras	42.066	26.096
Valor adicionado total a distribuir	916.409	866.858
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	69.480	63.523
Benefícios	20.506	18.315
FGTS	4.720	4.319
	94.706	86.157
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	230.506	229.548
Estaduais	134.434	126.533
Municipais	1.786	2.224
	366.726	358.305
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	153.596	127.515
Aluguéis	10.676	10.488
	164.272	138.003
Remuneração de capitais próprios		
Juros s/capital próprio	77.111	45.452
Dividendos propostos	13.008	28.305
Lucros retidos	200.585	210.635
	290.704	284.392
Valor adicionado distribuído	916.408	866.857

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG (“CEG” ou “Companhia”) tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes, pelo período de trinta anos, contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização), prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- > realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- > manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade dos mesmos;
- > manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- > captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- > indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- > atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- > manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG – GASIUS;
- > manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- > cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Notas 2.10 e 13).

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, controlada pelo grupo GAS NATURAL FENOSA cuja sede é em Barcelona – Espanha, e está registrada na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela administração da Companhia em 21 de março de 2017.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais e estratégicas, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva. Ver detalhes na Nota 24.

2.3 Moeda funcional

Os itens incluídos nas informações anuais são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As informações anuais da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses, ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como disponíveis para venda.

(a) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a partes relacionadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

2.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis e os títulos mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 *Impairment* de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor (mais de 6 meses de atraso);
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante de perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, normalmente, as contas a receber são reconhecidas pelos valores nominais das faturas emitidas. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"), considerando os critérios descritos na Nota 2.5.4.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber e cheques a depositar, os quais são apresentados líquidos das respectivas provisões.

2.7 Estoques

Referem-se, principalmente, a bens para instalação e itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

2.8 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda e as contribuições sociais são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

2.9 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Estes depósitos são atualizados monetariamente.

2.10 Ativos intangíveis

(i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível (i) os valores pagos ao Poder Concedente como contraprestação da concessão e (ii) os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão (infraestrutura), líquidos de amortização. O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrante da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

(ii) Programas de computador (*softwares*)

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de software reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 13.

(iii) Servidão de passagem

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão (Nota 13).

2.11 Diferido

Refere-se a gastos incorridos, principalmente, para captação de novos clientes até 31 de dezembro de 2008. É amortizado pelo prazo de 10 anos a partir da data da conclusão dos trabalhos em cada área geográfica, quando os benefícios começaram a ser gerados (Nota 14).

Conforme Lei nº 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, estes gastos permanecerão registrados no ativo diferido até sua amortização total. A partir de 2009, os gastos dessa natureza passaram a ser reconhecidos no resultado do exercício.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. Como resultado dessa avaliação, não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda em 31 de dezembro de 2016.

2.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14 Provisões para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já incorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda

pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.16 Benefícios a funcionários

(a) Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano, ajustados pelo custo de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O custo do serviço passado é o aumento no valor presente da obrigação de benefício quando da introdução ou mudança no plano de benefício pós-emprego, resultante de serviços prestados pelos empregados participantes em períodos passados. Ganhos e perdas atuariais compreendem (i) os ajustes de experiência, ou seja, os efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e as efetivamente ocorridas; (ii) os efeitos de alterações de premissas atuariais.

A Companhia adotou o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais que está de acordo com as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 33, aprovado pela Deliberação CVM nº 600/09, que trata de benefícios a empregados. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos no resultado abrangente, ficando a variação dentro do patrimônio, nunca transitando pelo resultado (outros resultados abrangentes não reclassificáveis). Este método suaviza as flutuações no resultado, tendo o efeito diluído no patrimônio e, em adição, mantém o passivo por um valor adequado.

Em atendimento à Deliberação CVM nº 600 de 7 de outubro de 2009, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (Nota 21).

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) aprovado pela Deliberação CVM nº 695/12, a Companhia adotou a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, que não gerou aumento significativo do custo do plano no resultado do exercício.

(b) Outras obrigações pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de assistência médica pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

(c) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

2.17 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, calculada com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.19 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

(b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizados, como aquecedores e acessórios e classifica como “Outras receitas e despesas, líquidas” na demonstração do resultado. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o (retirados no) local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas de equipamentos são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito.

(c) Serviços de Construção

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato da Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

(e) Cessão de crédito

Consiste na compra dos direitos de recebimento pela venda de produtos ou serviços de clientes do Grupo Gas Natural Fenosa, à empresas do grupo, de modo que a Companhia se encarrega de cobrá-los nas contas de consumo de gás. O reconhecimento desta receita é feito no momento da emissão das contas de gás.

2.20 Demonstrações do valor adicionado

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros, e pelo valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.21 Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do ano pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período.

2.22 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A administração entende que as novas orientações do IFRS 9 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros, bem como na contabilização das relações de *hedge*. A Companhia ainda não concluiu a avaliação detalhada de como as provisões de *impairment* serão afetadas pelo novo modelo. Embora não se espere um impacto relevante, a sua aplicação irá provavelmente antecipar o reconhecimento de perdas.
 - IFRS 15 – “Receita de Contratos com Clientes” – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 – “Contratos de Construção”, IAS 18 – “Receitas” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos da adoção da nova norma, mas já identificou as principais áreas que serão afetadas.
 - IFRS 16 - “Operações de Arrendamento Mercantil” – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.
- A CEG tem R\$ 7.072 de compromissos com arrendamento mercantil operacional, sujeito a esta norma. No entanto, a Companhia ainda não determinou até que ponto esses compromissos resultarão no reconhecimento de um ativo e um passivo para pagamentos futuros, bem como o impacto no seu resultado e na classificação dos fluxos de caixa. Importante mencionar ainda que alguns dos compromissos existentes podem se enquadrar nas exceções da norma – curto prazo e pequeno valor. Além disso, alguns compromissos podem estar relacionados a acordos que não serão qualificados como arrendamentos de acordo com a IFRS 16.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.23 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A seguir indicamos as alterações que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017, que não tiveram impactos materiais para a Companhia.

CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 04 – Ativo Intangível – Esclarece que a depreciação de um item do ativo imobilizado com base na receita gerada pelo uso do ativo não é apropriada. Esclare também que, somente em raras circunstâncias, a amortização de um ativo intangível com base na receita gerada pelo uso do ativo pode ser adequada, a depender da correlação entre a receita e o consumo dos benefícios econômicos gerados.

CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação – Foram acrescentadas orientações específicas sobre divulgação de transferência de ativos financeiros, além de orientações para auxiliar a decidir se um contrato de prestação de serviços sobre a carteira transferida tem características de envolvimento contínuo. A alteração da norma traz também orientação sobre a divulgação de compensação de ativos e passivos financeiros, que não é exigida para todos os períodos intermediários.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Reconhecimento da receita de venda de gás

Para a mensuração da receita pela venda de gás é efetuada estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na Nota 8, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 138.778 (R\$ 197.318 em 31 de dezembro de 2015).

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber, sendo considerado o prazo de 180 dias.

Caso todas as contas a receber vencidas e não impaired fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda adicional em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 39.097 (R\$ 68.853 em 31 de dezembro de 2015).

(d) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia não superior ao período de concessão. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

(e) Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(f) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 21.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas discutidas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e aplica política de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2016, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição a taxas de juros e risco cambial.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos. A política adotada está descrita no item 4.1 acima.

(ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota 8. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O passivo circulante está superior ao ativo circulante em função da transferência de dívida de longo prazo para curto, com vencimento inferior a 12 meses, que será objeto de refinanciamento ao longo do exercício. Não observamos riscos ao refinanciamento uma vez que a CEG goza de boa avaliação creditícia. Em comparação com outras atividades empresariais, as concessionárias de distribuição de gás natural canalizado se diferenciam por não possuírem estoques de gás, o que reduz o ativo circulante.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

Não observamos riscos ao refinanciamento uma vez que a CEG goza de boa avaliação creditícia. Em comparação com outras atividades empresariais, as concessionárias de distribuição de gás natural canalizado se diferenciam por não possuírem estoques de gás, o que reduz o ativo circulante.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016			
Empréstimos e financiamentos	457.287	566.918	70.487
Fornecedores	189	455	329
Em 31 de dezembro de 2015			
Empréstimos e financiamentos	357.617	401.551	306.253
Fornecedores	10.747	61	568
Contas a pagar – assunção de dívida	1.179		

Observações:

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

Do montante de longo prazo demonstrado anteriormente, a Companhia não pretende realizar antecipações.

(d) Análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI e TJLP

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI e TJLP (somente financiamento). Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava uma dívida líquida de R\$ 840.198, representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras.

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base de 31 de dezembro de 2016, indicava uma taxa mediana da Selic em 13,75%. A TJLP estimada é de 7,50%, cenário provável para o ano de 2017.

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 31/12/2016 – %	13,63	13,63	13,63
Dívida líquida – bancos	805.507	805.507	805.507
Taxa anual estimada do CDI em 31/12/2016 – %	13,75	17,19	20,63
Despesa financeira	967	28.656	56.345
IR E CS	329	9.743	19.157
Despesa financeira depois dos impostos	638	18.913	37.188

Operação	Cenário provável	Cenário I Deterioração 25%	Cenário II Deterioração 50%
Taxa TJLP em 31/12/2016 – %	7,50	7,50	7,50
Dívida líquida – BNDES	34.690	34.690	34.690
Taxa TJLP estimada em 31/12/2016 – %	7,50	9,38	11,25
Despesa financeira		650	1.301
IR E CS		221	442
Despesa financeira depois dos impostos		429	859

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 podem ser assim sumariados:

	2016	2015
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 16)	938.289	877.578
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(98.093)	(48.239)
Dívida líquida	840.196	829.339
Total do patrimônio líquido	1.257.864	1.073.910
Total do capital próprio e de terceiros	2.098.060	1.903.249
Índice de alavancagem financeira – %	40	43

O índice de alavancagem financeira em 2016 se manteve estável em comparação com o último ano. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos. A Companhia considera como ponto de equilíbrio um índice de alavancagem financeira de até 50%, sendo assim, o índice de 2016 está dentro da expectativa da Administração.

A política da Companhia de buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais como o BNDES, tem colaborado para que a Companhia mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado de seus projetos. As necessidades de caixa são supridas e administradas com empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo com entidades financeiras (Nota 16).

A Companhia não tem encontrado dificuldades para refinarçar seus empréstimos e financiamentos, bem como para a captação de novos recursos junto às instituições bancárias.

4.3 Instrumentos financeiros**(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *swap*.

Não foram contratadas operações com instrumentos derivativos.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores a custo amortizado aproximam-se dos valores justos.

(b) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia segue uma política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a

qualidade do *hedge* das contrapartes. Além disso, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	2016	2015
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalente de caixa	98.093	48.239
Contas a receber de clientes	391.987	446.190
Contas a receber de partes relacionadas	1.767	1.702
Demais contas a receber	3.655	2.761
Cessão de crédito	5.881	1.561
	501.383	500.453

	2016	2015
Outros passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	938.289	877.578
Contas a pagar de partes relacionadas	3.235	37.017
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	228.215	334.789
	1.169.740	1.249.384

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos de primeira linha.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa	93	64
Bancos	44.873	48.175
Aplicações	53.127	
	98.093	48.239

Aplicações referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados à taxa média de 100% do CDI.

8 Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de equipamentos como demonstrado a seguir:

	2016	2015
Faturado		
Consumidores		
Do setor privado	277.056	271.157
Do setor público	11.918	13.077
	288.974	284.234
Não faturado		
Consumidores		
Do setor privado (a)	136.692	194.718
Do setor público	2.086	2.600
	138.778	197.318
Vendas de equipamentos	11.796	3.497
	439.548	485.049

(a) A queda no setor privado foi devido ao cenário macroeconômico e ao menor acionamento das térmicas por parte do Operador Nacional de Sistema (ONS).

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	2016	2015
A vencer		
Faturado	214.112	180.019
Não faturado	138.778	197.318
Vencidas		
Até três meses	32.602	59.469
De três a seis meses	6.495	9.384
Acima de seis meses (a)	47.561	38.859
	439.548	485.049

(a) A totalidade dos créditos com clientes que possuem débitos vencidos há mais de seis meses é objeto de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Após 30 dias de atraso no pagamento da fatura, os clientes residenciais e comerciais, têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais, o fornecimento é suspenso em 10 dias.

A movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa segue demonstrada abaixo:

	2016	2015
Em 1º de janeiro	38.859	35.440
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	52.292	33.032
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(43.590)	(29.613)
Em 31 de dezembro	47.561	38.859

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima. Em garantia das obrigações assumidas com o fundo de pensão Gásius, a CEG cedeu o direito de recebimento de contas de gás no exato valor da dívida, caso exigido por ausência de pagamento.

9 Tributos a recuperar

	2016	2015
PIS e COFINS (a)	13.731	13.893
FINSOCIAL (b)	13.136	13.800
ICMS a recuperar (c)	20.435	12.935
Contribuição Social (d)	11.738	17.265
Imposto de renda retido na fonte	2.632	3.201
Outros	4.759	4.136
	66.431	65.230
Circulante	(34.526)	(40.666)
Não circulante	31.905	24.564

(a) Refere-se a valores estimados de crédito de PIS e COFINS sobre aquisição do gás da Petrobras, que é estornado no mês subsequente ao fornecimento do gás, no momento do registro da nota fiscal de entrada emitida pela Petrobras. O aproveitamento do crédito do PIS e COFINS é realizado somente após o registro da nota fiscal, não sendo utilizado os valores estimados.

(b) Refere-se, substancialmente, a créditos do processo do FINSOCIAL, transitado em julgado com expectativa de realização a longo prazo (Nota 23(a)(iii)).

(c) Refere-se, substancialmente, a ICMS a recuperar decorrente de aquisições do ativo intangível, no montante de R\$ 3.520 (R\$ 3.592 em 31 de dezembro de 2015), sendo R\$ 1.667 com expectativa de realização a curto prazo e R\$ 1.853 com expectativa a longo prazo, além de R\$ 8.466 (R\$ 2.971 em 31 de dezembro de 2015) referentes a créditos de ICMS sobre patrocínios acumulados e R\$2.585 referentes a aquisição de gás fora do estado de acordo com Regime Especial a serem utilizados em períodos seguintes.

(d) Refere-se a antecipações mensais de contribuição social.

10 Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(a) Composição

	2016	2015
Imposto de renda e contribuição social diferidos	104.697	93.179
	104.697	93.179

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo são calculados sobre os seguintes eventos:

	2016	2015
Obrigações de fundo de pensão	63.774	51.430
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.420	4.792
Provisão para contingências	26.278	28.677
Mudança de prática – novos CPCs (*)	(4.947)	(4.886)
Fornecedores	7.139	7.132
Outras	5.033	6.034
Ativo não circulante	104.697	93.179

(*) Os principais itens das mudanças de prática são:

	2016	2015
Receita de ajuste a valor presente	(936)	(895)
Juros e variação monetária Gasius (nota 21)	(4.011)	(3.991)
	(4.947)	(4.886)

(b) Movimentação

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	IR e CS diferidos ativos sobre						
	Obrigações de fundo de pensão	Provisão para devedores duvidosos	Provisão para contingências	Mudanças de práticas	Fornecedores	Outras provisões	Total
Em 31 de dezembro de 2015	51.430	4.792	28.677	(4.886)	7.132	6.034	93.179
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	2.105	2.628	(2.399)	(61)	7	(1.001)	1.279
Creditado (debitado) no imposto corrente	10.239						10.239
Em 31 de dezembro de 2016	63.774	7.420	26.278	(4.947)	7.139	5.033	104.697

(c) Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que os mesmos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui projeções de realizar os créditos até 2023, conforme demonstrado a seguir:

2017	24.393
2018	18.251
2019	18.251
2020	18.251
2021	18.251
2022	3.650
2023	3.650
	104.697

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

11 Transação com partes relacionadas

	Ativo circulante	Passivo Circulante	Passivo não circulante	Receitas	Despesas
A receber/pagar					
Gas Natural SDG, S.A.	171	32			8.313
Gás Natural Informática		0			6.789
Gás Natural Serviços Integrales		1.622			1.003
Gás Fenosa Engineering		129		191	
CEG Rio S.A.	1.519			16.411	
Gás Natural São Paulo Sul S.A.	47			1.061	
Gás Natural Serviços S.A.	28	1.452		4.215	
Gás Natural do Brasil S.A.	2			18	403
	1.767	3.235		21.896	16.508
Empréstimos e financiamentos					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (Nota 18)		24.580	14.160		
Em 31 de dezembro de 2016	1.767	27.815	14.160	21.896	16.508
Em 31 de dezembro de 2015	1.702	37.017	38.719	14.466	11.655

Os saldos a receber e a pagar com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a prestação de serviços de informática, aluguéis de hardware e ressarcimento de custos relacionados à cessão de mão de obra, e também a cessão de crédito.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Salários e encargos	7.099	5.389
Honorários de diretoria	5.720	3.882
Participação nos lucros	1.652	1.302
Planos de aposentadoria e pensão	225	160
Outros benefícios	1.146	898
	15.842	11.631

12 Depósitos judiciais

	2016	2015
ICMS (a)	3.620	3.316
INSS (a)	19.910	18.676
Imposto de renda	5.187	4.769
Processo Administrativo – SRF (b)	7.303	6.829
CIDE (c)	13.207	11.056
Penhora Judicial (d)	17.926	23.209
Trabalhistas (e)	25.824	28.497
Outros	8.062	6.589
	101.039	102.941

(a) Refere-se a depósitos para recursos de autos de infração de ICMS e INSS. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes.

(b) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais – DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a administração e seus consultores jurídicos julgam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandato de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.

(c) Refere-se a Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico – CIDE (Nota 22(a)).

(d) Refere-se a penhoras em ações trabalhistas (R\$ 10.110) e civeis (R\$ 7.816).

(e) Refere-se a depósitos para recursos de processos trabalhistas de ex-funcionários e terceirizados. Devido a quantidade de processos não há o que destacar já que os valores estão pulverizados.

13 Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Serviços de Passagem (b)	Software	Contrato de concessão (c)	Total em Operação	Contrato de Concessão em andamento	Software em Desen- volvimento (d)	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2015	152.490	604	10.812	1.347.481	1.511.387	177.001	17.531	1.705.918
Aquisição	(15.755)		2.772	33.209	20.226	212.719	16.448	249.393
Baixa líquida				(41)	(41)			(41)
Transferência para intangível em operação				136.742	136.742	(136.742)		
Amortização	(9.058)	(147)	(3.565)	(71.609)	(84.379)			(84.379)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	127.677	459	10.017	1.445.783	1.583.936	252.978	33.979	1.870.892
Custo total	136.735	3.629	84.505	2.348.378	2.573.247	252.978	33.979	2.860.203
Amortização acumulada	(9.058)	(3.170)	(74.488)	(902.595)	(989.311)			(989.312)
Valor residual	127.677	459	10.017	1.445.783	1.583.936	252.978	33.979	1.870.892
Saldos em 1 de janeiro de 2016	127.677	459	10.017	1.445.783	1.583.936	252.978	33.979	1.870.892
Aquisição			7.862	43.239	51.100	192.632	5.318	249.051
Baixa líquida				(552)	(552)			(552)
Transferência para intangível em operação			17.532	270.021	287.552	(270.021)	(17.532)	
Amortização	(11.475)	(147)	(6.456)	(78.961)	(97.039)			(97.039)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	116.202	313	28.954	1.679.530	1.824.998	175.589	21.765	2.022.352
Custo total	136.735	3.629	109.898	2.661.085	2.911.347	175.589	21.765	3.108.702
Amortização acumulada	(20.533)	(3.316)	(80.944)	(981.556)	(1.086.349)			(1.086.350)
Valor residual	116.202	313	28.954	1.679.530	1.824.998	175.589	21.765	2.022.352
Taxas anuais de amortização (%)	6,7	5 e 6,7	20					

(a) Contrato para exploração de serviços públicos possui um custo de aquisição no valor de R\$ 152.490 (nota 17) referentes ao aditivo contratual firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 2014, onde a Companhia passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL.

(b) Serviços de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

(c) Contrato de concessão é composto da seguinte forma:

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de informática Hardware	Móveis e Utensílios	Veículos	Rede de Gás	Outros	Total Contrato de Concessão
Saldos em 1 de janeiro de 2015	1.890	6.957	1.736	16.349	5.883	8.128	5.264	1.295.448	5.824	1.347.481
Aquisição				1.699	757	1.245	1.411	27.489	610	33.209
Baixa líquida				(0)				(41)		(41)
Transferência para intangível em operação		2.280						134.462		136.742
Amortização		(591)	(85)	(2.987)	(1.538)	(1.072)	(1.598)	(61.126)	(2.612)	(71.609)
Ajustes										
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	1.890	8.646	1.651	15.060	5.102	8.301	5.077	1.396.232	3.821	1.445.783
Custo total	1.890	34.501	11.569	114.135	27.979	18.239	18.289	2.111.895	9.879	2.348.378
Depreciação acumulada		(25.855)	(9.918)	(99.075)	(22.876)	(9.938)	(13.212)	(715.663)	(6.058)	(902.595)
Ajuste										
Valor contábil atual	1.890	8.646	1.651	15.060	5.102	8.301	5.077	1.396.232	3.821	1.445.783
Saldos em 1 de janeiro de 2016	1.890	8.646	1.651	15.060	5.102	8.301	5.077	1.396.232	3.821	1.445.783
Aquisição				2.592	2.675	1.006	1.881	33.176	1.909	43.239
Baixa líquida		(60)					(114)	(377)		(552)
Transferência para intangível em operação								270.021		270.021
Amortização		(609)	(85)	(3.105)	(1.584)	(1.182)	(1.687)	(68.189)	(2.518)	(78.961)
Ajustes										
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	1.890	7.977	1.565	14.547	6.194	8.125	5.157	1.630.862	3.211	1.679.530
Custo total	1.890	34.441	11.569	116.726	30.654	19.245	20.056	2.414.714	11.787	2.661.085
Depreciação acumulada	-	(26.464)	(10.004)	(102.180)	(24.460)	(11.120)	(14.899)	(783.852)	(8.577)	(981.556)
Valor contábil atual	1.890	7.977	1.565	14.547	6.194	8.125	5.157	1.630.862	3.211	1.679.530
Taxas anuais de depreciação (%)		4	30 a 20	10 e 20	20	10	20	30	Diversas	

(d) Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

Os juros capitalizados no período findo em 31 de dezembro de 2016 foram de R\$ 21.665 (R\$ 22.022 em 31 de dezembro de 2015) à taxa média de 15,24% (14,34% em 31 de dezembro de 2015).

14 Diferido

	Conversão	Captação de Clientes	Outros	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2015	14.967	28.744		43.711
Aquisição				
Amortização	(9.872)	(14.321)		(24.193)
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	5.095	14.423	0	19.518
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(232.624)	(186.497)	(1.109)	(420.230)
Valor residual	5.095	14.423		19.518
Saldos em 1 de janeiro de 2016	5.095	14.423	0	19.518
Aquisição				
Amortização	(4.042)	(7.596)		(11.638)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	1.053	6.827	0	7.880
Custo total	237.719	200.920	1.109	439.748
Amortização acumulada	(236.666)	(194.093)	(1.109)	(431.868)
Valor residual	1.053	6.827	0	7.880
Taxas anuais de amortização (%)	10	10	10	

Os gastos são compostos por duas atividades:

- Projeto de conversão de gás manufacturado para gás natural, que engloba os gastos de revisão das instalações internas e dos equipamentos a gás, de propriedade do cliente, e a transformação de equipamentos a gás manufacturado, a fim de deixá-los aptos ao uso do gás natural.
- Adequação das instalações de gás a partir do medidor, a fim de deixá-las aptas ao uso do gás natural, conforme estabelece o Regulamento de Instalações Prediais (RIP).

Conforme permitido pela Lei nº 11.941/09 e pelo CPC 13, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 que não pôde ser alocado ao ativo imobilizado e intangível permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

15 Fornecedores

	2016	2015
De gás	173.554	243.448
De materiais	6.882	13.988
De serviços	47.779	50.324
	228.215	307.760

16 Empréstimos e financiamentos

	2016	2015
Empréstimos e financiamentos		
Financiamentos	38.739	65.691
Linhas de crédito	899.550	811.888
	938.289	877.578
Total do passivo		
Circulante	426.934	333.834
Não circulante	511.355	543.744
	938.289	877.578

O valor justo dos empréstimos atuais é equivalente ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	Fn (*)	Lc (*)	2016		2015	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
(a) Em moeda nacional						
Banco HSBC S.A.		100%	280.866	100.000	69.961	310.000
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A.		100%	37.889	120.000	110.750	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	100%		24.580	14.160	26.972	38.719
Banco Santander S.A.		100%		117.927	54.590	
ING Bank		100%	2.809	50.000	2.873	50.000
Banco do Brasil S.A.		100%	48.969		68.233	44.800
Banco Intesa San Paolo		100%		49.268		40.225
Banco Scotiabank		100%	31.821	60.000	455	60.000
Total empréstimos e financiamentos			426.934	511.355	333.834	543.744

(*) Fn – Financiamento, Lc – Linha de Crédito.

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de conversão de rede e de obtenção de novos clientes. A Companhia encerrou o exercício de 2016 com um custo médio de captação de 103% do CDI (104% em 31 de dezembro de 2015).

As operações de financiamentos referem-se a:

- (i) Recursos do BNDES para os projetos de ampliação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento teve vencimento final em 2015.
- (ii) Recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação, substituição e conversão da rede de gás. Esse financiamento possui vencimento final em 2016 e tem como garantia, fiança bancária com custo médio de 0,72% ao ano. O saldo é atualizado pela TJLP acrescido de juros de 2,3% ao ano.

As operações de linha de crédito servem para financiamento de capital de giro sendo renegociadas durante o ano, com custo médio de captação de 107% do CDI ao ano, e não tem garantias oferecidas e cláusulas de covenants.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	2016	2015
2017		326.650
2018	461.355	217.094
2019	50.000	-
	511.355	543.744

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 30.000.

17 Concessão a pagar

Em 1º de dezembro de 2014, foi celebrado o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, que permitiu que a Companhia atenda suas redes locais a partir de gasodutos virtuais, através de Gás Natural Comprimido (GNC) ou Gás Natural Liquefeito (GNL), desobrigando a mesma da construção de gasodutos físicos para ligação da malha de distribuição à rede local. Dessa forma, o Termo Aditivo permitiu a substituição da construção de gasodutos físicos para atendimento aos municípios de Mangaratiba e Maricá, através de GNC ou GNL.

A CEG assumiu a obrigação de pagar ao Estado do Rio de Janeiro um valor de R\$ 152.490, em três parcelas de R\$ 50.830, sendo a 1ª parcela paga em 11 de dezembro de 2014, a 2ª parcela paga em 23 de dezembro de 2015 e a terceira que estava prevista para o dia 30 de dezembro de 2016 foi antecipada para 29 de setembro de 2016 gerando assim uma receita financeira no valor de R\$ 2.124, como também, o direito de compensar o valor de R\$ 3.454 referente à prestação de serviço de distribuição de gás natural canalizado a diversos órgãos públicos estaduais sobre faturas em atraso, esse montante em atraso estava integralmente provisionado e foi revertido em contra partida do contas a receber. O pagamento ao Estado do Rio de Janeiro foi no valor de R\$ 45.252, decorrente de negociação entre a Companhia e o Governo do Estado do Rio de Janeiro, conforme ofício PRESI-049/2016.

18 Tributos a recolher

	2016	2015
Imposto de renda a pagar	38.791	34.847
ICMS	20.282	11.691
PIS	1.768	1.361
COFINS	8.293	6.335
INSS terceiros	2.038	1.028
CS/PIS/COFINS terceiros	1.858	1.553
Outros	6.180	12.142
	79.210	68.957

19 Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/12/2016		31/12/2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição Social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	409.966	409.966	416.200	416.200
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(102.492)	(36.897)	(104.050)	(37.458)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	19.278	6.940	11.363	4.090
Adições Permanentes	(3.763)	(1.354)	(4.444)	(1.599)
Incentivos Fiscais	522		285	
Outros	(1.099)	(397)	4	1
Despesa de imposto de renda e contribuição social de acordo com a demonstração do resultado	(87.554)	(31.708)	(96.842)	(34.966)
Alíquota efetiva	21	8	23	8

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O capital social de R\$ 544.500 (2015 – R\$ 442.830) está representado por 259.638 mil (2015 – 51.927.546 mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Capital detido (%)
Residentes no exterior:	
Gas Natural Distribucion Latinoamerica, S.A.	54,16%
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	2,26%
Residentes no país:	
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	34,56%
Fundo de Investimento em Ações – Dinâmica Energia	8,84%
Outros (e ações em tesouraria)	0,18%
	100,00%

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Em março de 2016, o acionista Gas Natural Internacional SDG S.A. passou a se denominar Gas Natural Distribución Latinoamérica S.A.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2016 aprovou o grupamento das ações de emissão da Companhia na proporção de 200 ações ordinárias para 1 ação ordinária, sem modificação do valor do capital social.

20.2 Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados

São compostos como segue:

(a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

Em função da estrutura de capital da Companhia apresentada no final do exercício de 2014 não foi constituída a reserva de expansão, porém, em 2015 conforme definido pela AGOE de 28 de abril de 2015 foi transferido da conta de dividendo adicional proposto para a conta de reserva de expansão o valor de R\$ 160.440. Foi transferido da conta de reserva de expansão o valor de R\$ 80.244 para aumento de capital definido na AGOE supracitada, sem modificação no número de ações.

Em AGOE realizada em 27 de abril de 2016, definiu-se o incremento de R\$ 189.121 em reserva de expansão e a transferência de R\$ 101.670 para aumento do capital social, sem modificação no número de ações, valores estes referentes à distribuição do resultado de 2015.

(c) Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9º da Lei nº 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação “pro rata” dia da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido do início de cada exercício.

Conforme estabelecido em AGOE realizada em 27 de abril de 2016, o valor de R\$ 35.599 (sendo R\$ 28.305 propostos em 2015 e R\$ 7.294 de dividendos adicionais registrados em 2016) foi distribuído a todos os acionistas e pagos em duas parcelas, a primeira paga em 26 de julho de 2016 e a segunda paga em 20 de dezembro de 2016. O valor de R\$ 45.452, referente aos dividendos de 2015, foi distribuído a todos os acionistas e pagos em parcela única em 26 de julho de 2016.

(d) Lucro por ação

O lucro básico por ação é computado pela divisão do lucro líquido pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação no período, conforme cálculo a seguir:

	2016	2015
Numerador		
Lucro líquido	290.704	284.392
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	259.638	259.638
Lucro líquido por ação básico	1,12	1,10

(*) Durante 2016, a Companhia aprovou o grupamento de ações na proporção de 200 ações ordinárias para 1 ação ordinária. Para manter a comparabilidade entre os períodos, a quantidade de ações de 2015 também foi agrupada. A quantidade original era de 51.927.546 mil ações ordinárias.

21 Obrigações com fundo de pensão

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG – Gasius entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O Estatuto do Gasius e o Regulamento do plano de benefício estão adaptados à legislação vigente. A confissão de dívida firmada pela CEG com o Gasius em janeiro de 2004 no valor de R\$ 54.208 foi integralmente quitada em janeiro de 2016.

	2016	2015
Nº participantes Gasius		
Ativos	53	57
Inativos	1.048	1.053
	1.101	1.110

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

Planos de benefícios

(i) Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

- Contribuição normal – destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.
- Contribuição especial – destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3175 vezes as contribuições dos participantes e assistidos. Esta contribuição teve sua cobrança suspensa no ano 2011.

Em 2004, foi firmado um termo de Confissão de Dívida, no montante de R\$ 54.208 (valor original), junto ao plano de pensão Gasius referentes às diferenças de contribuições devidas pela antiga patrocinadora e vertida à menor no período de fevereiro de 1987 e outubro de 1999 e ao saldo das obrigações assumidas pela CEG para a cobertura de riscos prioritários. A dívida foi integralmente quitada em janeiro de 2016.

(ii) Plano de aposentadoria do ano 1990

Refere-se a benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 13 ex-empregados que no ano 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A estes ex-empregados é paga uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores destes benefícios atualizados com a mesma periodicidade e no mesmo percentual base concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

(iii) Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da Companhia por aposentadoria. Este prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

(iv) Plano de saúde para aposentados

Trata-se de plano de saúde do tipo administrado, contratado com empresa de medicina de grupo e concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia e, pelo período de sete anos e meio, para os atuais empregados admitidos até aquela data, extensivo a seus dependentes legais. Os titulares do plano participam, em conjunto com a Companhia, do custeio mensal do plano e nos eventos de pequeno risco. A partir de fevereiro de 2011 o plano de saúde deixou de ser contributivo para os novos empregados admitidos a partir desta data.

As contribuições da Companhia para o plano de previdência administrado pelo fundo de pensão e para custeio do plano de saúde administrado diretamente pela CEG, totalizaram:

	2016	2015
Fundo de pensão (Gásius)	2.287	2.099
Assistência médica	6.871	5.991
	9.158	8.090

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	2016	2015
Plano de benefícios – Gásius		1.122
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	5.804	5.203
Prêmio aposentadoria	1.935	1.994
Assistência médica para aposentados	130.279	96.882
	138.018	105.201
Circulante	(21.247)	(1.122)
Não circulante	116.771	104.079

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Deliberação CVM nº 600/2009 pode ser assim demonstrada:

	2016	2015
Em 1º de janeiro	105.201	116.892
Custo do serviço corrente	973	(875)
Juros sobre obrigações atuariais	52.692	48.499
Rendimento esperado dos ativos do plano	(47.925)	(36.480)
Reconhecimento de (ganhos) perdas atuariais	76.907	(965)
Benefícios pagos	(39.551)	(1.644)
Contribuições de patrocinadores	(9.158)	(8.200)
Pagamentos confissão de dívida	(1.133)	(12.912)
Juros confissão de dívida	12	886
Em 31 de dezembro	138.018	105.201

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Plano de benefícios Gásius	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados
Em 31 de dezembro de 2014	327.524	6.106	2.285	95.352
Custo do serviço corrente	(1.826)		73	878
Juros sobre obrigações atuariais	36.782	664	201	10.852
Contribuições participantes	499			
Reconhecimento de (ganhos)perdas				
Atuariais	(25.261)	(783)	(565)	(2.709)
Benefícios pagos	(26.784)	(784)		(7.491)
Em 31 de dezembro de 2015	310.934	5.203	1.994	96.882
Custo do serviço corrente	205		63	705
Juros sobre obrigações atuariais	39.405	643	179	12.465
Contribuições participantes	509			
Reconhecimento de (ganhos) perdas				
Atuariais	47.379	817	(123)	28.785
Benefícios pagos	(29.955)	(859)	(179)	(8.558)
Em 31 de dezembro de 2016	368.477	5.804	1.934	130.279

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	Plano de benefícios GASIU
Em 31 de dezembro de 2014	375.417
Rendimento esperado	43.424
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	(34.564)
Contribuições da patrocinadora	14.994
Contribuições dos participantes	499
Benefícios pagos	(26.783)
Em 31 de dezembro de 2015	372.987
Rendimento esperado	47.925
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	(42.604)
Contribuições da patrocinadora	3.412
Contribuições dos participantes	509
Benefícios pagos	(29.955)
Em 31 de dezembro de 2016	437.482

A composição dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

Renda fixa	
Títulos públicos federais	242.940
Fundos de investimento de renda fixa	72.201
Títulos privados	4.054
	319.195
Títulos de renda variável	63.237
Investimento imobiliário	33.444
Outros ativos	21.606
	437.482

A conciliação dos valores reconhecidos no balanço é a seguinte:

	2016	2015
Plano de benefícios – Gasius		
Valor presente das obrigações atuariais	368.478	310.935
Valor justo dos ativos do plano	(437.482)	(372.987)
Superavit	(69.004)	(62.052)
Limite assunção de dívida (*)	69.004	62.052
Assunção de dívida GASIUS		1.122
Passivo líquido		1.122

(*) Passivo atuarial não reconhecido pois o montante é inferior à dívida de plano de pensão (“assunção de dívida”) presentemente reconhecida.

	2016	2015
Benefício especial de aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	5.804	5.203
Prêmio aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	1.935	1.994
Assistência médica a aposentados		
Valor presente das obrigações atuariais	130.279	96.882

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e do resultado abrangente são:

	Plano de benefícios Gasius	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados	Total
Custo do serviço corrente	205		63	705	973
Juros sobre obrigações atuariais	39.405	643	179	12.465	52.692
Rendimento esperado dos ativos do plano	(47.925)				(47.925)
	(8.315)	643	242	13.170	5.740
Resultado abrangente	3.468	817	(123)	28.784	27.028

A sensibilidade do passivo total dos planos de pensão em 31 de dezembro de 2016 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

	Mudança na premissa	Impacto no passivo total	Percentual
Taxa de desconto	Aumento/redução de 1%	Aumento/redução de 8,8%	

As principais premissas atuarias utilizadas nos cálculos das provisões, em 31 de dezembro de 2016, são as seguintes:

Hipóteses econômicas	
Taxa de desconto	6,05% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos	N/A.
Crescimentos salariais futuros	1% a.a.
Inflação	5,5 a.a.
Fator de capacidade	
Salários	98%
Benefícios	98%
Hipóteses demográficas	
Tábua de mortalidade	AT2000
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas

22 Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	2016	2015
Trabalhistas	32.126	30.916
Cíveis	16.363	31.377
Tributárias	15.590	13.515
	64.079	75.808

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Saldo em 31 de dezembro de 2015		75.808
Adições	12.920	
Baixas/reversões	(23.050)	
Atualizações monetárias	(1.599)	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	64.079	

(a) Contingências tributárias

As provisões para contingências tributárias referem-se, substancialmente, a CIDE.

De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª instância tem sido desfavoráveis, desta forma julgaram como provável a expectativa de perda deste processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 13.207 (R\$ 11.056 em 31 de dezembro de 2015) e está suportado por depósitos judiciais (Nota 12 (c)). Existem ainda R\$ 2.382 (R\$ 2.459 em dezembro de 2015) referentes a honorários de êxito provenientes, principalmente, do processo FINSOCIAL.

A composição da provisão para contingências tributárias, por esfera de governo, é a seguinte:

	2016	2015
Esfera		
Federal	15.590	13.515
	15.590	13.515

(i) Contingências tributárias com êxitos possíveis

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 93.615 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 210.744 em 31 de dezembro de 2015).

Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

- Em julho de 2005, a Companhia iniciou processo judicial, referente a exigência de pagamento de INSS em razão de diferenças resultantes de retenções supostamente efetuadas a menor no período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 15.161 (R\$ 14.148 em 31 de dezembro de 2015).
- Em outubro de 2008, a Companhia iniciou processo administrativo referente à exigência, por parte da Receita Federal, de supostas diferenças de PIS e COFINS relativas aos meses de maio a julho de 2004, junho e julho de 2005, devido a não ter sido comprovada a origem dos créditos de ativo imobilizado deste período, e a não observação da limitação imposta pelo art. 31, da Lei nº 10.865/04. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 8.165 (R\$ 7.768 em 31 de dezembro de 2015).
- Em janeiro de 2010, a Companhia iniciou processo administrativo referente a não homologação, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos oriundos do recolhimento a maior de CSLL relativo ao exercício de 2005. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 11.912 (R\$ 11.288 em 31 de dezembro de 2015).
- Em dezembro de 2012, a Companhia recebeu Nota de Lançamento, expedida pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, pela não aplicação do Decreto nº 41.057/07 que aumentou a margem de valor agregado do gás natural veicular – GNV de 13% para 200%, e da Lei nº 5.171/07, que fixou o teto máximo a ser atribuído à margem de valor agregado em 60%, nos quais, na qualidade de substituta tributária do ICMS, deveria praticar estas bases em suas operações. A Companhia apresentou defesa, na qual declara que as novas bases não foram praticadas por força de determinação do Juízo da 11ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro, que concedeu liminar a alguns clientes da Companhia, suspendendo a aplicabilidade das citadas normas. No trimestre findo em 31 de março de 2016 o processo foi julgado a favor da Companhia e a ação foi extinta. O valor envolvido era de R\$ 124.285 em 31 de dezembro de 2015.

Os valores dos demais processos classificados com chances de perda possível por nossos consultores jurídicos, não apresentam individualmente relevância, mas destacamos que tratam-se de contestações, por parte da Companhia, quanto à dedutibilidade de despesas, incidência ou não de impostos, glosa de créditos, entre outros.

Adicionalmente aos processos de perda possível, há o seguinte processo, cuja perda estimada foi classificada como remota e que deve ser destacado em decorrência de sua relevância:

- Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro – DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.549. Os advogados da Companhia apresentaram manifesto de inconformidade requerendo a anulação da decisão proferida. Em 28 de março de 2007, a Companhia perdeu a causa na instância administrativa e recorreu à esfera judicial, seguindo o trâmite legal. O montante envolvido, atualizado em 31 de dezembro de 2016, é de R\$ 428.404 (R\$ 405.476 em 31 de dezembro de 2015) e não foi constituída provisão tendo em vista as expectativas de perda remota.

(ii) Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

Em 1994, após a decisão do Superior Tribunal Federal – STF que julgou inconstitucional os aumentos da alíquota do FINSOCIAL majoradas no período de setembro de 1989 a março de 1992, a Companhia entrou com uma ação judicial visando obter o reembolso dos valores que pagou a maior tendo em conta as alíquotas inconstitucionalmente majoradas. Em 2000, antes de ser proferida uma decisão final nos autos da ação judicial, a Companhia também iniciou, perante a Secretaria da Receita Federal, o procedimento administrativo de compensação dos valores indevidamente recolhidos, com valores vincendos e não pagos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS.

Em 2006, foi proferida a sentença favorável à Companhia no processo judicial reconhecendo seu direito ao reembolso de parte dos valores indevidamente recolhidos a título de contribuição ao FINSOCIAL.

Considerando a decisão judicial, a Secretaria de Receita Federal indeferiu à CEG a compensação efetuada, alegando que para possibilitar eventual compensação, a CEG deveria ter desistido previamente da ação judicial. Desta forma, na via administrativa, perante a Secretaria da Receita Federal, a Companhia passa a dever os impostos compensados no montante de R\$ 24.126, e faz jus ao recebimento do reembolso judicialmente reconhecido no montante de R\$ 14.613 (transitado em julgado), ambos os valores atualizados até 31 de dezembro de 2009. Como consequência, a Companhia procedeu o reconhecimento desses valores em 31 de dezembro de 2010, retroativamente a 1º de janeiro de 2009.

Em 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, e incluiu o passivo relativo aos impostos mencionados no parágrafo anterior, os quais foram objeto de parcelamento. O passivo corrigido relativo aos impostos indevidamente compensados e incluídos ao REFIS, no montante de R\$ 8.410 em 31 de dezembro de 2011, e que encontrava-se registrado em “Tributos a Recolher” na rubrica “Programa de Recuperação Fiscal – REFIS” (Nota 20) foi integralmente quitado no exercício 2012, e o respectivo ativo compensado parcialmente, restando em aberto o montante de R\$ 13.136 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 13.800 em 31 de dezembro de 2015).

(b) Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária. A quantidade destas ações é demonstrada da seguinte forma:

	2016	2015
Quantidade de ações movidas por:		
Ex-empregados CEG	38	55
Ex-empregados terceiros	752	767
Outros (Ministério Público, INSS)	11	43
	801	865

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	2016	2015
Ex-empregados CEG	8.186	6.889
Ex-empregados terceiros	23.941	24.027
	32.127	30.916

As reclamações trabalhistas classificadas como de êxito possível por parte da Companhia, totalizam em 31 de dezembro de 2016 R\$ 64.677 (R\$ 58.603 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, tem adotado os seguintes planos de ação:

(a) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.

(b) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando a redução da contingência laboral e custos com os advogados.

(c) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.

(d) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.

(e) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.

(c) Contingências cíveis

As contingências cíveis provisionadas, referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, dentre as quais, pela relevância dos montantes envolvidos, podemos destacar:

- Em junho de 2010, foi proferida uma sentença de primeira instância na ação indenizatória por acidente em residência, por inalação de gás carbônico, que condenou a CEG ao pagamento de indenização, por danos morais e ao tratamento necessário pelo prazo da expectativa de vida do autor, conforme critérios apurados em perícia judicial. A Companhia e o autor interuseram recurso contra a sentença proferida em primeira instância, mas esta foi mantida. Foi interposto pela CEG o recurso cabível em Brasília. A Companhia deu início a uma proposta de negociação do valor final em virtude do falecimento do autor do processo. Após as tratativas foi alcançado o acordo no valor de R\$ 4.000 gerando a baixa na provisão de R\$9.224.
- Em janeiro de 2012, iniciou-se a execução de ação indenizatória em decorrência de acidente de trânsito ocorrido em 1989 (antes da privatização) envolvendo funcionário em condução de veículo da então estatal. Em sentença a CEG foi condenada a pagar para cada autor a quantia de R\$ 51 a título de danos morais, ao pagamento de pensão para os filhos do falecido na quantia de 0,78 salários mínimos desde a data do acidente além de um prestação anual a título de 13º salário, até completarem 25 anos, data em que a pensão será convertida em favor da esposa do falecido, a pagar pensão para a senhora Juçara, esposa do falecido no valor de 2,34 salários mínimos da data do acidente até a data que a vítima completaria 72,9 anos, além de um prestação anual a título de 13º salário. Estipulou ainda a condenação para que a CEG constitua capital garantidor das pensões e das despesas com o funeral do falecido, além das custas processuais e honorários advocatícios. Interpussemos recurso, e foi acolhida em parte as alegações para determinar que a condenação em danos morais fosse reduzida para a quantia de R\$ 30 para cada autor. Foi excluída da sentença a verba referente aos gastos com o funeral e a determinação que condiciona a perda do pensionamento caso a autora contraia novas núpcias. No restante a sentença foi mantida. Não havendo mais possibilidade de recursos, o valor da provisão é de R\$ 2.195, aguardando laudo contábil quanto ao valor a ser pago (processo em fase de execução).

Existem ainda, na Companhia, outras ações cíveis classificadas com chance de perda possível no montante de R\$ 5.991 que não apresentam individualmente relevância, tratando-se basicamente de ações relativas a reclamações de consumidores.

23 Informações por segmento

A administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial (894.645 clientes pessoas físicas que possuem em seus domicílios equipamentos a gás natural como aquecedores e fogões), comercial (11.906 pequenos e médios estabelecimentos comerciais como restaurantes, bares, shoppinceters e hotéis), industrial (305 indústrias de diversos setores como químico, fundição e siderurgia, vidros, bebidas entre outros), termoeletrico (3 Usinas de Geração de Energia movidas a gás natural) e automotivo (450 postos de combustível de gás natural veicular GNV), todos localizados na área de concessão da Companhia, que compreende a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Vale destacar que em nenhum de seus segmentos a Companhia possui um determinado cliente que represente 10% (dez por cento) de sua receita total, não havendo dependência com relação a um único cliente.

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada nos períodos de 2016 e 2015:

Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras receitas	Total
Volumes m³ mil (Não auditado)	114.811	92.658	478.960	1.396.102	798.934			2.881.465
Receita bruta	673.334	247.370	668.085	810.791	992.162	186.971	113.732	3.692.445
Deduções	(152.533)	(53.069)	(134.237)	(3.562)	(214.741)		(14.027)	(572.169)
Receita líquida	520.801	194.301	533.848	807.229	777.421	186.971	99.705	3.120.276
Custo	(83.855)	(74.050)	(414.930)	(768.006)	(673.061)	(186.971)	(3.435)	(2.204.308)
Resultado bruto	436.946	120.251	118.918	39.223	104.360		96.270	915.968
Despesas/Receitas operacionais								(506.002)
Resultado antes da tributação								409.966
Provisão para IR e contribuição social								(119.262)
Lucro/Prejuízo do Período								290.704

Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Termelétrico	Automotivo	Construção	Outras receitas	Total
Volumes m³ mil (Não auditado)	98.195	80.942	494.346	2.100.207	697.827			3.471.517
Receita bruta	590.261	228.711	720.602	1.454.860	951.652	209.258	114.650	4.269.994
Deduções	(124.466)	(48.809)	(141.691)	(8.038)	(205.973)		(12.926)	(541.903)
Receita líquida	465.795	179.902	578.911	1.446.822	745.679	209.258	101.724	3.728.091
Custo	(75.777)	(69.913)	(454.176)	(1.403.216)	(647.218)	(209.258)	(2.475)	(2.862.033)
Resultado bruto	390.018	109.989	124.735	43.606	98.461		99.249	866.058
Despesas/Receitas operacionais								(449.858)
Resultado antes da tributação								416.200
Provisão para IR e contribuição social								(131.808)
Lucro/Prejuízo do Período								284.392

As variações sobre a receita de um ano para o outro são impactadas pelas alterações de volume e pela aplicação do IGP-M de um ano com relação ao outro. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia tem direito a aplicar o IGP-M de dezembro de 2014 a novembro de 2015 para corrigir as faturas a partir de janeiro do ano seguinte, neste caso 2016.

Especificamente mercado termoeletrico, os contratos existentes com as referidas termelétricas incentivam o maior despacho termelétrica, pois na medida em que se aumenta os volumes despachados a tarifa unitária é menor e conseqüentemente o inverso é verdadeiro.

(*) As outras receitas têm a seguinte composição:

	2016	2015
Receitas de serviços	104.579	107.374
Receitas de serviços taxados	7.337	5.647
Receita de alugueis	1.816	865
	113.732	113.886

A administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

24 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

Demonstração da Receita Líquida		
	2016	2015
Venda de gás	3.391.742	3.946.087
Contratos de construção	186.971	209.258
Outras receitas	113.732	114.650
Total receita bruta	3.692.445	4.269.995
(-) Deduções da receita bruta	(572.169)	(541.904)
Receita líquida	3.120.276	3.728.091

25 Custo

	2016	2015
Compra de gás e de serviços	1.927.378	2.572.045
Custo dos contratos de construção	186.971	209.258
Custo de pessoal	21.770	19.604
Custo de amortização do intangível	68.189	61.126
	2.204.308	2.862.033

26 Compromissos e contingências

26.1 Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras para uso convencional (“CONTRATO”), assinado em 18 de julho de 2008.

Em 03 de novembro de 2016 foi celebrado o termo aditivo nº 11 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, no qual as partes acordaram: (i) a prorrogação da vigência do contrato, passando a vigorar até 31 de dezembro de 2021; e (ii) alteração dos principais compromissos contratuais de SOP e TOP para Encargo de Capacidade (EC) e Retirada Mínima Mensal (RMM).

Por esse Aditivo, a CEG se compromete: (i) a cada ano de sua vigência, a retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente mês, a 70% da QDC – compromisso Retirada Mínima Mensal (RMM) – antigo ToP para o ano de 2016 a 2021; (ii) a cada ano de sua vigência, a retirar da Petrobras e, mesmo que não retire, a pagar um Encargo de Capacidade (antigo SOP) do correspondente mês, a 90% da QDC – para o ano de 2016, 95% para 2017 e 100% para os demais anos.

Ao final do exercício de 2016, com os dados reais apurados, não houve pagamento de RMM.

26.2 Compromisso com Poder Concedente

A partir de 2009, com a aprovação do Plano de Investimentos apresentado pela Companhia no curso da Segunda Revisão Quinquenal de Tarifas (para o quinquênio 2008-2012), o Poder Concedente autorizou o atendimento provisório dos municípios através de GNC (Gás Natural Comprimido), já sendo atendido o Município de Maricá por meio deste sistema. A referida autorização, no entanto, não

extinguiu o compromisso regulatório de construir gasodutos e ramais de distribuição em tais municípios. Desta forma, na Terceira Revisão Quinquenal de Tarifas foi previsto no plano de investimentos (para o quinquênio 2013-2017) a construção dos gasodutos, a serem finalizados ao final do ano de 2017.

No final de 2014, a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro assinaram novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão que revogou os compromissos regulatórios assumidos nos Aditivos firmados em 2004 e 2005 e concedeu o direito à CEG de distribuir gás natural por meio do sistema GNC a todos os municípios de sua área de concessão, inclusive para os mencionados municípios.

O plano de investimentos da Companhia aprovado na 3ª Revisão Tarifária, para o quinquênio 2013-2017, prevê um montante de investimento correspondente a R\$ 977.222 (moeda de dezembro de 2011, data da apresentação da proposta para a Revisão Tarifária ao Regulador conforme contrato de concessão), já ajustado pela assinatura do 3º Termo aditivo, tendo sido realizado até Outubro/16 70,46% deste valor, sendo que a concessionária pretende cumprir a meta estabelecida até o fim do ciclo tarifário.

26.3 Revisão tarifária

Em 2013, foi concluído o Processo Regulatório sobre a 3ª Revisão Quinquenal de Tarifas da Concessionária, aprovado pelo Conselho Diretor da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (“Agenera”), por meio da Deliberação Agenera nº 1.796. Assim, a Agenera definiu uma taxa de remuneração (CAPM) de 9,757%, aprovou todo o plano de investimentos proposto para o quinquênio 2013-2017, efetuou pequenos ajustes em contas de custos operacionais, aprovou o redesenho da estrutura tarifária proposto pela CEG e estabeleceu uma compensação por conta da subexecução de investimentos do quinquênio passado. Como resultado para o quinquênio, as margens da Concessionária sofrem uma redução de 1,99%.

Além disso, em razão da demora de dez meses para a homologação do resultado da Revisão Tarifária, enquanto aguardava o resultado definitivo do Processo Regulatório, a Companhia manteve o valor das tarifas até então vigentes, resultando numa diferença a maior na arrecadação naquele período. Por isso a Agenera determinou um fator de retroatividade que também será aplicado às margens durante o quinquênio vigente, o que representa uma redução adicional de 2,85%.

No entanto, a Deliberação Agenera nº 1.796 e seus efeitos foram suspensos por uma decisão liminar proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro até 18 de dezembro de 2013, quando foi negado o seguimento de tal decisão. Dessa forma, em função da revogação da liminar, a Agenera homologou nova Deliberação de nº 1.881, que aprovou a estrutura tarifária recalculada pela Concessionária, por conta do atraso ocasionado pela referida liminar, definindo a aplicação do resultado da RTI a partir de 1º de janeiro de 2014, com os devidos ajustes de custo de gás, IGP-M e retroatividade.

27 Despesas gerais e administrativas

	2016	2015
Despesa de pessoal	90.584	82.455
Entidade de previdência privada	6.132	2.829
Utilidades, materiais e serviços	28.410	24.398
Amortização do intangível	40.488	47.446
Serviços e outros gastos (a)	203.391	175.035
	369.005	332.163

(a) A variação ocorrida está relacionada a diversos fatores, onde destacam-se o maior volume de chamados de emergência realizados, principalmente após acidente ocorrido em abril de 2016, bonificações pagas inerentes as atividades comerciais e o aumento do serviço de leitura devido ao incremento do número de clientes.

28 Outras receitas e despesas, líquidas

	2016	2015
Ganho na venda de equipamentos	3	135
Impostos e taxas	(817)	(1.145)
Ganhos (perda) na alienação de intangível	1.012	(57)
Indenização a terceiros (a)	(21.326)	(11.508)
Despesa com impostos	(2.275)	(2.567)
Outras receitas operacionais	1.770	1.561
Outras despesas operacionais	(3.834)	(2.695)
	(25.467)	(16.276)

(a) A variação ocorrida está relacionada a diversos pagamentos de indenizações e acordos judiciais no decorrer do ano de 2016, onde destaca-se o processo cível de nº 0149695-89.2001.8.19.0001.

29 Resultado financeiro

	2016	2015
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	3.829	2.731
Atualizações monetárias e cambiais ativas (a)	18.875	9.460
Receita de juros e encargos	14.979	10.690
Outras receitas financeiras	4.383	3.215
	42.066	26.096

	2016	2015
Despesas financeiras		
Ajuste a valor presente do passivo de concessão	(5.154)	(10.934)
Juros de empréstimo Juros	(107.165)	(79.694)
IOF	(5.114)	(4.029)
Atualizações monetárias e cambiais passivas	(11.898)	(11.917)
Fiança bancária	(21.484)	(18.796)
Outras despesas financeiras	(2.781)	(2.145)
	(153.596)	(127.515)
	(111.530)	(101.419)

(a) A variação ocorrida está relacionada, principalmente, pela reversão de atualização monetário do processo cível de nº 0149695-89.2001.8.19.0001.

30 Seguros (não auditado)

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Em reais Importâncias seguradas (não auditado)
Risco operacional (*)	490.500
Responsabilidade civil geral (*)	250.190
Responsabilidade civil – administradores – Diretores e dirigentes	4.000

(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO.

31 Prestação de serviços por empresas ou pessoas relacionadas com o governo e ou expostas politicamente

A Companhia, através de diferentes notícias publicadas na imprensa, teve conhecimento sobre a existência de uma investigação do Ministério Público Federal (MPF) sobre possíveis irregularidades na contratação de empresa de serviços jurídicos relacionada ao ex-governador do Estado do Rio de Janeiro por empresas prestadoras de serviços públicos, entre as quais a Companhia.

Diante desta situação, a Companhia realizou uma revisão do seu processo de contratação em um número relevante de serviços, obras e assessoramentos legais e, como resultado, confirmou a adequada aplicação das normas e procedimentos internos e a inexistência de contratações fora do processo habitual, tanto em preço, de mercado, como em volumes contratados aos diferentes fornecedores.

Atualmente, a Companhia conta com um modelo de prevenção de delitos e sua aplicação e eficiência é auditada por uma Companhia de reconhecido prestígio. Além disso, durante 2016, foram aprovados procedimentos adicionais internos locais com o fim de reduzir ou mitigar situações potenciais de risco de delitos para a Companhia.